

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

JEAN GOMES DE SOUZA
(Nº USP 8575094)

Trabalho final

História do Livro em São Paulo (FLH5591-1/1)

São Paulo

2022

1. Introdução

Nossa proposta de seminário é constituída de três núcleos. No primeiro, apresentaremos as ideias centrais do texto fundamental de Luiz Carlos Villalta, *O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura*, inicialmente previsto como leitura obrigatória. No segundo, compartilharemos uma versão reduzida de um estudo de caso de usos de livros em demandas coloniais no interior da capitania de São Paulo na primeira metade do século XVIII, realizado por mim em parceria com a Profa. Dra. Maria Aparecida de Menezes Borrego. Por fim, no terceiro, exporemos uma síntese do nosso projeto de doutorado.

Ao concebermos essa estrutura de seminário, intentamos colaborar com a disciplina História do Livro em São Paulo no sentido de colocar em diálogo as partes (a cidade e a capitania de São Paulo) com o todo (a América portuguesa).

2. Língua, instrução e leitura na América portuguesa

O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura, de autoria de Luiz Carlos Villalta, à época professor da Universidade Federal de Ouro Preto, é o sétimo capítulo do primeiro volume da coleção *História da Vida Privada*, dedicado ao *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. Publicado em 1997 pela Companhia das Letras, a coleção contou com a coordenação de Fernando Novais e o volume em questão foi organizado por Laura de Mello e Souza.

Dividido em cinco partes, nelas Villalta aborda diferentes aspectos do tema que se propôs a estudar: a imposição da língua portuguesa entre nativos e escravizados; a obrigatoriedade da instrução; a existência de bibliotecas privadas; e as práticas, ambientes e sociabilidades de leitura durante o período colonial. Um dos grandes méritos desse texto é o de analisar a questão da língua, da instrução e da leitura explorando suas complexas relações com o próprio processo de colonização lusitana da América.

A ideia divulgada por Pero de Magalhães Gandavo de que os indígenas do litoral sul-americano não possuíam F, L e R em seu alfabeto e, conseqüentemente, nem Fé, nem Lei e nem Rei é, para Villalta, reveladora do ideal de colonização e justificadora da continuidade dela. Ao ressaltarem a “barbárie” dos “brasis”, os europeus incumbiram a si mesmos de “superarem a desordem”. Porém, língua, instrução e livros, argumenta o autor, foram manejados de forma a se garantir a obediência, o que, em contexto colonial, equivalia à manutenção da *dependência* – da Metrópole, certamente.

A saga da colonização compreendeu a imposição da língua portuguesa como língua oficial, uma forma de se conservar a própria colônia. Ao longo dos séculos, a língua de Camões concorreu com cerca de 340 línguas indígenas faladas no momento da chegada dos europeus; com as “línguas gerais” surgidas do contato entre nativos e adventícios, faladas em contexto doméstico e de catequização; e outras línguas europeias, como o francês (na França Antártica e na França Equinocial), o espanhol (durante a União Ibérica) e o holandês (quando do domínio holandês no Nordeste).

Se no século XVI a língua portuguesa ficou quase esquecida frente à indianização dos colonizadores e à ameaça da presença de outros falares europeus, bem como a circulação de livros era rara, com o avançar do tempo, com a consolidação do mercantilismo – que implicava maior participação de portugueses e africanos no conjunto da população – e com o surgimento de centros urbanos, o cenário se modificou. O grande ponto de virada foi o século XVIII. A partir de Pombal, a Coroa desenvolveu uma política de língua que objetivava impor o uso do português e priorizar o ensino da gramática portuguesa – quando antes imperava o latim e as línguas gerais. Nesse mesmo século, o francês passou a concorrer com o latim como língua culta, seguido do inglês.

Com a expulsão da Companhia de Jesus em 1759, o principal agente de educação até então, o Estado assumiu a responsabilidade sobre a instrução da população. Para custear as *aulas régias* introduzidas foi estimulado um imposto, o *subsídio literário*. Além disso, o governo tomou uma série de medidas culturais e educacionais visando dinamizar a produção de matérias-primas na colônia, bem como criou academias científicas e literárias, instituições educacionais, e *aulas* com programas práticos e científicos. Visando fortalecer os elos com a Metrópole, houve o incentivo da ida de brasileiros para Coimbra.

A educação, mesmo após 1759, possuía orientação religiosa e estava assentada na repetição, sendo refratária aos avanços científicos ocorridos no período. Havia uma grande valorização da imitação dos textos clássicos, da retórica e da eloquência. Para Villalta, a instrução estava subordinada à lógica das aparências, um ornamento a ser ostentado por camadas privilegiadas em uma sociedade com traços do Antigo Regime.

A luta pela sobrevivência, destaca o autor, era um obstáculo à educação. A valorização do saber escolar variou de acordo com os setores sociais, os espaços e os tempos, tendo crescido no Setecentos. Em meados do século, na região sudeste, a regra geral, no que concerne às elites, aos proprietários de terras e aos grandes comerciantes foi uma maior dedicação à instrução.

Os primeiros livros teriam chegado na América portuguesa no Quinhentos junto aos jesuítas. Até o século XVII o panorama traçado pelo historiador é o mesmo: as bibliotecas eram

raras e compostas basicamente de obras devocionais. Foi no século XVIII que esse cenário começou a mudar. Embora a tendência fosse de continuidade de obras devocionais, em algumas livrarias, sobretudo naquelas de quem possuiu uma “educação mais esmerada”, constata-se a abertura de espaço para obras de ciências e saberes profanos.

Em se tratando de Minas Gerais, a posse de livros se diferenciava conforme a categoria profissional e a posição dos inventariados, estando concentrada em proprietários, funcionários régios e letrados. O tamanho das bibliotecas era diversificado, sendo definido mais pelo “refinamento intelectual” e pela escolaridade dos proprietários do que pela riqueza. As maiores bibliotecas mineiras, segundo Villalta, eram de padres, advogados e cirurgiões. A isso, deve-se acrescentar que a composição das bibliotecas estava estritamente relacionada à condição social dos seus proprietários.

Eram os padres inconfidentes aqueles que incorporaram em suas livrarias as inovações políticas, filosóficas e científicas. Verney, Pope, Voltaire, Montesquieu, Diderot, Hume, Mably, Descartes, entre outros, constavam, por exemplo, no acervo do cônego Vieira da Silva. É digno de nota que do século XVIII até 1822, afirma o autor, a situação dos livros em outras capitanias não se diferiu muito daquela constatada em Minas, ou seja, via-se o progresso do francês enquanto língua culta; uma estreita ligação dos livros possuídos com as carreiras de seus proprietários; e a diversificação dos interesses destes últimos.

Lidos em voz alta nas igrejas, em praças públicas ou em um salão; no silêncio do quarto, de uma sala, ou de um gabinete; seja a leitura extensiva ou intensiva, os livros prestaram-se a diversos usos. Para alguns trouxeram inquietação. Para outros serviram para conquistar benesses, prestígio na sociedade ou auxílio na conquista amorosa. A partir do que fora exposto, o que sabemos e o que ainda está para ser investigado no que diz respeito aos livros na São Paulo – capitania e cidade – colonial?

3. Os usos dos livros nas demandas coloniais: um caso de leituras na capitania de São Paulo na primeira metade do século XVIII¹

Em 1735, o comerciante Luis Rodrigues Vilares encabeçou um requerimento dirigido ao Senado da Câmara da Vila Real do Cuiabá visando obter autorização para o comércio de

¹ O texto em questão se trata de uma adaptação de um artigo que publicamos em 2021. Esta versão foi preparada para ser comunicada em 30 dos 90 minutos de fala destinados a nós na primeira proposta de seminário que apresentamos para a disciplina. Para o estudo na íntegra, cf. Borrego; Souza (2021).

cavalgaduras com os indígenas Guaykuru para introduzir os ditos animais nas minas de Cuiabá. O único testemunho manuscrito conhecido desse texto intitula-se *Copea da petição e mais documentos que ajuntou Luiz Rodriguez Villares rêquerimento ao Sennado da Camera da Villa do Cuyaba: a nove de Novembro de mil, e SetteCentos e trinta e Cinco annoz*, documento 23 do códice 296 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, o qual corresponde aos fólhos que vão do 83 *recto* ao 89 *recto*.

A argumentação dos requerentes – Luís Rodrigues Vilares, Caetano de Burgos Seabra, Francisco da Silva Ribeiro, Manoel Rozendo, Antonio de Oliveira de Andrade, Manoel dos Santos Pacheco, Francisco Xavier Ribeiro e Manoel da Silveira Sampaio, todos comerciantes – foi desenvolvida em três movimentos: (1) a recuperação dos feitos dos portugueses de São Paulo em toda a América portuguesa combatendo inimigos internos e externos em prol da Coroa; (2) o empenho dos residentes das minas de Cuiabá em benefício d’El-Rey e da fé cristã naquele contexto; (3) os frutos a serem obtidos mediante a autorização do comércio com os Guaykuru.

Com o intento de conseguir a dita autorização, Vilares se empenhou na argumentação desenvolvida ao longo dos seis fólhos do requerimento. Engenhosamente, recorreu a leis do Império, ordens reais, bula papal e regimentos coloniais – espécies documentais cuja citação está prevista em documentos de caráter peticionário –, mas também livros religiosos, compêndio de efemérides e tratado de limites, todos publicados entre 1660 e 1718.

O primeiro deles é o livreto *Notícia e justificação e Tratado provisional*, publicado na tipografia de Antonio Craesbeeck de Mello, em Lisboa, no ano de 1681. Nele encontramos um documento divulgado a mando de D. Pedro a fim de fundamentar suas investidas na região do rio da Prata e de angariar apoio para essa questão entre os demais monarcas europeus. Junto a ele, encontra-se estampado o texto do tratado assinado entre Portugal e Espanha em maio daquele ano na tentativa de encerrar as disputas territoriais entre as Coroas ibéricas na região platina.

O segundo, *Anno histórico, Diário portuguez*, consiste em uma reunião de efemérides e personalidades da história de Portugal, escrito pelo padre Francisco de Santa Maria. Inicialmente divulgado em gazetilhas, foi reunido e impresso em 1714, em Lisboa, na oficina de Joseph Lopes Ferreyra.

A terceira e a quarta obra são de autoria do padre Simão de Vasconcelos. Em *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil* o jesuíta escreveu a história do Brasil da chegada dos portugueses até as atividades do primeiro inaciano na América portuguesa, Manoel da Nóbrega. Foi impressa na oficina de Ioam da Costa, em Lisboa, em 1668. Pela mesma oficina

saiu, quatro anos depois, *Vida do Venerável Padre José de Anchieta*, parte de um movimento de elaboração de biografias de membros da Companhia de Jesus com o intuito de difundir suas práticas evangelizadoras, nesse caso especificamente de Anchieta, visando atrair confrades para a província brasileira.

Os dois últimos títulos são de Antônio Vieira. O tomo 14 de *Sermões* reúne sermões, missivas, discursos e poemas. Foi publicado em 1710 por Valentim da Costa Deslandes, em Lisboa. O *Livro antepimeiro da História do futuro*, foi escrito nos anos 1660 e apresentado por Vieira como sua defesa perante o Tribunal do Santo Ofício, haja vista ter sido processado em virtude dos comentários tecidos sobre a profecia do retorno de D. João IV dos mortos para a constituição do Quinto Império. Sua publicação se deu postumamente, em 1718, pela oficina de Antônio Pedrozo Galram.

Os títulos e os respectivos autores dessas obras não estavam citados integralmente no requerimento, o que dificultou sua identificação. Coube a nós localizá-los por meio da busca dos títulos fragmentários na bibliografia dos autores registrados no documento e da localização dos trechos neles aludidos nas supostas obras impressas.

A menção aos títulos das obras é central na argumentação do requerimento, tanto que em diversos momentos a citação conta com a referência precisa da página consultada. Além disso, no final do texto, Vilares foi claro ao indicar ao escrivão a necessidade de se incluir as notações localizadas na margem do escrito – isto é, as “notas de referência” – quando do traslado do requerimento para o livro de registros do Senado da Câmara de Cuiabá.

Luis Rodrigues Vilares iniciou a argumentação situando suas ações e pretensões no território da América portuguesa, cujos limites haviam sido determinados pelo Tratado de Tordesilhas e atualizados pelo Tratado provisional de 1681. O comerciante se valeu de um vocabulário específico constante em tratados anteriores, principalmente nas questões relativas à colônia do Sacramento como zona fronteira, tal como presente na *Notícia e justificação*, transferindo-o para o contexto das minas do Cuiabá na primeira metade do século XVIII, carentes de muares e cavaleares.

No requerimento, as ações pretéritas dos descobridores da capitania de São Paulo a serviço do rei de Portugal e de Deus foram evocadas como exemplo aos contemporâneos, como diretrizes para alcançarem grandes feitos no futuro. Ao imitarem as memoráveis ações dos portugueses de São Paulo, como são denominados os antigos habitantes da capitania no documento, os requerentes pretendiam a eles se igualar nos benefícios à Coroa e a Deus no tocante à colonização da América e à conversão dos indígenas. Nesse sentido, a transmutação

dos cavaleiros para transporte e sustento das populações é defendida como uma ação memorável e que só poderia ser praticada por meio do comércio com os Guaykuru.

Baseado no *Anno histórico*, Vilares estabeleceu uma relação entre a grandeza da casa senhorial da qual Martim Afonso de Souza descendia e o florescimento da capitania de São Paulo que esse mesmo nobre comandou. O progresso teria sido tamanho que a capitania se converteu em celeiro e dispensa universal. Martim Afonso de Souza é apresentado por Vilares como seu grande herói. Suas ações não foram coletadas apenas no *Anno histórico*, mas também na *Notícia e justificação* – relacionadas à conservação, defesa e ampliação da capitania de São Vicente até a Baía de São Matias – e nas obras de Simão de Vasconcelos – na qual o padre ressaltou o papel de Martim Afonso no reconhecimento da costa do interior da capitania até os limites da América hispânica na região do Prata.

Assim como o *Anno histórico*, é muito provável que Vilares tivesse com o livro *Notícias curiosas* em mãos quando redigiu o requerimento ou o tivesse lido anteriormente, pois citou com exatidão as páginas de onde retirara os trechos por ele utilizados, adaptando-os de acordo com sua compreensão e vivência.

Na segunda parte da argumentação, os argumentos de Vilares se centraram na atuação dos habitantes das minas de Cuiabá no presente, isto é, no contexto de produção do requerimento, no que diz respeito à defesa do território, à colonização e à cristianização dos indígenas. Ao abordar as dificuldades de dominação dos nativos, Vilares apelou para as metáforas empregadas por Antônio Vieira em *História do Futuro* a respeito dos empecilhos para a expansão da fé católica. Ainda que os nativos resistissem à ocupação de suas terras e à catequização, o comércio poderia funcionar como portas para a conversão dos gentios.

A fim de enfatizar essa possibilidade, por mais custosa que ela parecesse, mais uma vez Vilares recorreu à autoridade de Antônio Vieira. Dessa vez a passagem citada foi a do episódio da conversão dos Nheengábas na missão do Maranhão, ressaltando os ganhos alcançáveis por meio da catequese, o qual foi narrado por Vieira em uma carta ao rei publicada no tomo 14 dos *Sermões*. Embora empregasse termos característicos constantes nas duas obras do padre Vieira, Vilares não as referenciou com exatidão.

Se naquele contexto, o sucesso da evangelização ultrapassara a esfera espiritual, concorrendo para a defesa do território e segurança dos domínios portugueses na ilha de Marajó, no caso das minas do Cuiabá, a conversão dos Guaykuru pelo comércio poderia redundar na aliança com os nativos contra os espanhóis e Payaguá. Com essa perspectiva futura, os signatários encerravam, assim, a terceira e última parte da argumentação reiterando os

benefícios que sua iniciativa traria, a um só tempo, para a Coroa e para Deus, “felicidades espirituais e temporais”.

A análise das obras empregadas por Vilares no requerimento, bem como as apropriações delas reiteram os resultados veiculados por pesquisas sobre a circulação e leitura de livros na América portuguesa ao longo do Setecentos. Embora a imprensa fosse proibida na colônia, os impressos aqui chegavam atravessando o Atlântico; do conjunto, as obras de caráter religioso eram predominantes; em muitos casos os comerciantes atuavam como intermediários na cadeia de circulação desses artefatos em meio a outros produtos importados e como mediadores na conformação do gosto; mesmo que restritas, os livros compunham bibliotecas particulares no mundo colonial e as práticas de leitura eram inventivas – como o são – pois as apropriações dos conteúdos são sempre extemporâneas à produção dos próprios textos.

Para a vila de Cuiabá, Rafael Dias da Silva Campos (2015) indicou a existência da biblioteca do licenciado José Barbosa de Sá, constituída por obras religiosas, jurídicas, poéticas, de filosofia e moral, história, história natural e física, arrolada em seu inventário aberto na década de 1770. Na lista de livros pertencentes a Barbosa de Sá consta “Um livro intitulado História do Futuro” e “Um livro de Sermões do Padre Vieira”. Embora não seja possível afirmar qual dos volumes dos *Sermões* constava no acervo do licenciado, podemos conjecturar que a *História do futuro* supracitada estivera nas mãos de Vilares quando da formulação do requerimento. Além disso, entre os livros de Barbosa de Sá estava o *Tesouro carmelitano*, de Frei José de Jesus Maria, autor mencionado por Vilares em outro documento peticionário enviado às autoridades régias na década de 1740.

Ambos os casos podem sugerir a prática de empréstimo de livros entre os habitantes das minas de Cuiabá, sobretudo quando levamos em conta que Barbosa de Sá e Vilares compunham a reduzida elite política e econômica das minas. Caso contrário, teríamos que admitir a existência – ainda que possível – de mais de um exemplar de cada um desses títulos em um local de difícil acesso no extremo oeste da América portuguesa.

Se pelo arrolamento das obras da biblioteca de Barbosa de Sá constatamos a posse de livros em Cuiabá, no caso do requerimento foram os modos de lê-los e a precisão nas citações que comprovaram a existência de impressos no interior da América.

4. Síntese do projeto de doutorado

4.1. Resumo

Nosso projeto tem como objetivo o estudo da cultura escrita na cidade de São Paulo entre os anos de 1765 e 1822. Partindo da imagem – construída pela historiografia tradicional – de São Paulo colonial como um lugar infértil para as letras, por meio de nossa pesquisa objetivamos analisar a posse privada e os usos dos livros, a produção escrita dos habitantes da cidade, as práticas de leitura e de escrita, a circulação de ideias e os valores atribuídos à cultura escrita naquela sociedade. Focalizaremos, também, a relação entre uma rede de agentes formada por humanos e não-humanos, tais como os espaços ocupados e os objetos empregados no exercício da leitura e da escrita, a fim de compreendermos as práticas sociais mediadas e conformadas por esses objetos.

4.2. Apresentação do tema

Nas últimas décadas, diferentes trabalhos dedicados ao estudo da história de São Paulo colonial têm caracterizado os séculos XVIII e XIX como sendo de transformações de ordens diversas, de crescimento populacional e de integração da cidade a redes de comércio interno (MEDICCI; HÖRNER; BITTENCOURT, 2009, p. 424).² Seus resultados evidenciam uma sociedade muito mais complexa e dinâmica do que aquela delineada pela historiografia de fins do século XIX e meados do século XX, a qual cristalizou uma imagem de São Paulo no período em questão como *pobre, decadente, isolada, despovoada e inculta*.

Enquanto tais estudos – numerosos, diga-se de passagem, para o período compreendido entre os anos de 1765 e 1822 – se ocuparam de refutar as ideias de pobreza, decadência, despovoamento e isolamento atreladas a esta cidade, poucos foram os esforços de investigação dedicados especificamente à cultura escrita. Se durante muito tempo, na historiografia, prevaleceu a ideia de uma São Paulo economicamente insignificante antes do advento do café em meados do Oitocentos, parece-nos que, no que diz respeito à cultura escrita, a imagem fixada

² Entre esses trabalhos citamos: Monteiro (1994) e Blaj (2002), que localizaram as raízes do processo de mercantilização da cidade de São Paulo no século XVII; Borrego (2010), que demonstrou a articulação da cidade a outras áreas coloniais por meio da atuação de mercadores reinóis estabelecidos em solo piratiningano atraídos pelas oportunidades geradas pelas descobertas auríferas; Klein e Luna (2005) e Mattos (2015), que destacaram o esforço do Morgado de Mateus e de seus sucessores no sentido de modernizar a agricultura, exportar produtos de qualidade e melhorar a infraestrutura das comunicações a fim de viabilizar as exportações e fortalecer a inserção de São Paulo às redes mercantis das capitânicas vizinhas, com destaque para o Rio de Janeiro; Moura (2009), que chamou a atenção para a movimentação monetária, de serviços e de seguimentos sociais em virtude da produção, do transporte e do comércio de açúcar no período, bem como a intensificação do trânsito de mercadoria da cidade de São Paulo com o Rio de Janeiro a partir do estabelecimento da corte em 1808; e Oliveira (2003), que concluiu que as relações mercantis firmadas ou renovadas a partir de 1808 estão no cerne da opção paulista pelo Rio de Janeiro como centro de poder após a independência.

é a de que pouca coisa relevante existiu antes da fundação do Curso Jurídico em 1827, o qual teria transformado o *arraial de sertanistas* num *burgo de estudantes*.³

Pesquisas empreendidas nos últimos 20 anos apontam para um cenário distinto daquele delineado por Silva Bruno (1984a), segundo o qual a população de São Paulo colonial não apresentava curiosidade ou interesse pelas letras. Entre os bens arrolados em 36 inventários *post-mortem* abertos entre 1730 e 1780 pertencentes a agentes mercantis atuantes na cidade, em 15 deles Borrego (2009) localizou mais de 100 títulos de livros, os quais perfazem um total de 400 volumes.

Se esses dados não permitem afirmar que ao longo do século XVIII os comerciantes se tornaram proprietários de grandes bibliotecas, eles atestam que esses homens não só adquiriam livros para si, mas os ofereciam em suas casas comerciais, na medida em que havia consumidores (Ibidem, p. 230). Quais os outros setores da sociedade paulistana possuíam livros? Eles correspondem àqueles identificados por Luiz Carlos Villalta (2009) em Mariana, Álvaro Antunes (2009) em Vila Rica e Júnia Furtado (2012) no Distrito Diamantino, como proprietários de bens de raiz, militares, advogados, clérigos, funcionários régios, artesãos, cirurgiões, boticários e licenciados?

Araújo (2006), se valendo da mesma espécie documental para analisar o grau de acumulação e reprodução de riqueza dos moradores de São Paulo entre 1800 e 1850, listou 515 livros. Tal resultado, comenta a autora, contradiz a ideia de que “os moradores e os negociantes paulistas raramente tinham biblioteca”, haja vista entre seus proprietários constarem figuras envolvidas com atividades mercantis (Ibidem, p. 171). O proeminente homem de negócios Francisco Ignácio de Souza Queiroz, por exemplo, foi flagrado por Leila Algranti (2004, p. 140) solicitando ao Desembargo do Paço, em 1818, a liberação de 217 títulos que se encontravam retidos na Alfândega de Santos.

Quais os usos dados a esses livros descritos nas fontes? O que podemos compreender sobre seus proprietários e sobre São Paulo colonial a partir da análise dessas coleções? É possível, nesse recorte espaço-temporal, perceber a tendência de laicização das leituras na América portuguesa apontada por Villalta (1997) e Algranti (2004)?

A venda de livros nas lojas de fazendas secas em meio a uma variedade de produtos foi descrita por Borrego (2009) e Denise Moura (2005). Esses livros vinham diretamente de Portugal para o porto de Santos ou eram obtidos no Rio de Janeiro? Quem eram os personagens envolvidos no circuito livreiro? Em que medida os vendedores atuavam como mediadores da

³ As expressões intitulam os dois primeiros volumes de *História e Tradições da Cidade de São Paulo*, de Ernani da Silva Bruno (1984a; 1984b).

conformação do gosto dos compradores?⁴ Quais eram as outras formas de aquisição de livros na cidade? Assim como no Rio de Janeiro estudado por Algranti (2004) e Maria Beatriz Nizza da Silva (1981; 1999), a encomenda a livreiros estabelecidos em Portugal, a aquisição via fornecedores não oficiais como tripulantes e passageiros de navios e amigos ou familiares vindos do Reino eram práticas recorrentes em São Paulo? A abertura dos portos, em 1808, e o estabelecimento de livreiros ingleses e franceses no Rio de Janeiro (SILVA, 1999) impactou, de alguma forma, o fornecimento de livros em São Paulo?

Sabemos que dois bispos de São Paulo entre 1765 e 1822 detinham bibliotecas. A de D. Mateus de Abreu Pereira (1741-1824), por exemplo, possuía 1059 volumes e era “muito frequentada por estudantes e seminaristas” (DEAECTO, p. 77). Já a de D. Frei Manuel da Ressurreição (1718-1789), constituída por 1548 volumes (MORAES, 2006, p. 18), teve entre seus consulentes José Bonifácio de Andrada e Silva, quando este se preparou para o ingresso na Universidade de Coimbra (DEAECTO, 2011, p. 111).

Não importa quão precária ou não fosse a instrução pública na cidade. Entre 1765 e 1822, a Universidade de Coimbra recebeu 34 paulistas, dos quais 22 eram nascidos na capital. Ainda que os números sejam modestos quando comparados com os de outras regiões da América portuguesa,⁵ eles revelam a existência de formas de acesso à cultura escrita em São Paulo colonial que não devem ser ignoradas, bem como o fato de que os filhos das elites paulistas conseguiam se preparar – total ou parcialmente – na capitania natal para o ingresso nas carreiras universitárias de Coimbra.

Quem eram esses homens? Eles pertenciam às famílias detentoras de livros ou possuíam relações de parentesco ou amizade com quem lhes pudesse emprestá-los? Eles ou outros membros de suas famílias constam entre os alunos do curso de primeiras letras ou das aulas régias estabelecidas na capitania no governo do Morgado de Mateus e oferecidos de modo regular a partir dos governos seguintes (MARCÍLIO, 2014b; SILVA, 1981)? Seria o envio desses jovens à universidade uma estratégia de obtenção de prestígio familiar por meio das letras? Seguindo a tendência da geração formada na Universidade de Coimbra no período das Luzes em Portugal (DIAS, 1968), eles teriam voltado seus estudos para as coisas *úteis e práticas* e escreveram memórias refletindo sobre seu local de origem visando transformá-lo?

⁴ Tal questionamento deriva das reflexões empreendidas por Carolyn Sargentson (1996), Mimi Hellman (1999) e Dena Goodman (2003).

⁵ Dos 1752 “brasileiros” matriculados na Universidade de Coimbra no século XVIII, 68 eram paulistas. A maioria era formada por baianos (572), cariocas e fluminenses (445) e mineiros (347) (FREITAS, 1958); (BOSCHI, 1991).

Nas décadas de 1770 e 1790, São Paulo foi palco de duas academias literárias de vida efêmera. A primeira, *Academia dos Felizes*, foi criada pelo Morgado de Mateus em homenagem à monarquia, à religião e a si próprio (FILHO, 2005, p. 16). A segunda, de 1791, foi instituída em homenagem ao governador Bernardo José de Lorena. Ambas tiveram sua produção escrita lida em um contexto festivo e registrada em códices hoje pertencentes ao Instituto de Estudos Brasileiros da USP (IEB-USP) e à Biblioteca Nacional de Portugal (AMORA, 1956, p. 12).

Interrogamos: quem eram esses acadêmicos conclamados a divulgarem seus textos em espaços públicos? Sobre o que versam os escritos produzidos na São Paulo do período? Quais são as relações que podem ser estabelecidas entre esses textos e seus respectivos contextos? A partir deles, é possível perceber as leituras empreendidas por seus autores e apreender os saberes que circulavam entre os letrados da cidade? Os títulos citados nesses escritos são os mesmos encontrados nas bibliotecas privadas?

Enquanto as formas de acesso aos livros estão entre os questionamentos básicos dos estudiosos da cultura escrita no Brasil, não constatamos a mesma atenção sendo dirigida às interrogações acerca de como eles compunham o espaço privado. Em tese de doutorado, Vivian Ayres (2018) considerou as menções às estantes com e para livros nos inventários *post-mortem* consultados por ela como evidências para a compreensão da posse privada de livros na São Paulo oitocentista. Pensamos que o mobiliário, por definir “públicos que lêem e escrevem” (LISBOA; MIRANDA, 2011, p. 359), pode suscitar outras questões relativas às práticas de leitura e escrita e à interação dos seres humanos com esses objetos e com o artefato-livro.

Onde os livros eram guardados? Eles ficavam invisíveis aos olhos dos residentes e dos visitantes armazenados em caixas e baús ou à mostra, dispostos em estantes? Quais os espaços que abrigavam esses móveis com livros? No bojo do deslocamento da sociabilidade de espaços abertos para fechados observado na São Paulo setecentista, o qual resultou na aquisição de móveis mais adequados para a recepção de pessoas (BORREGO; FÉLIX, 2016), a exibição de livros em móveis específicos para tal foi empregada como marca de distinção social? Em qual ambiente doméstico a leitura e a escrita eram exercitadas? Quais os artefatos empregados nessas operações e como eles atuavam na mediação de relações e conformação de práticas sociais (MENESES, 1983; CARVALHO, 2011; BORREGO, 2016)?

Como concluímos em um artigo recente sobre negócios e cultura escrita no interior da América portuguesa no século XVIII (BORREGO; SOUZA, 2021, p. 165), no que concerne a São Paulo colonial, “o que faltam são estudos para a região e não livros”. Este projeto, ao se propor a investigar a cultura escrita na capital entre 1765 e 1822, visa preencher essa lacuna. Ele se faz importante na medida em que pretende participar do movimento de renovação da

historiografia sobre São Paulo colonial por meio da abordagem de um aspecto negligenciado até então, a cultura escrita. Com essa pesquisa pretendemos refutar a ideia de São Paulo como um território infértil para as letras.

A esse objetivo soma-se o intento de explorar a articulação de São Paulo a outras regiões da América portuguesa e com a metrópole por meio da análise da produção, da posse e da leitura de escritos, da aquisição e do uso de artefatos vinculados ao universo letrado, bem como da circulação de saberes. Tal estudo nos permitirá empreender um diálogo com aqueles concernentes a outras regiões da colônia, estabelecer diferenças e similitudes entre eles e ampliar o entendimento da temática no que diz respeito à América portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura**. São Paulo: Hucitec, 2004.
- AMORA, Antônio Soares. Prefácio. In: **Poetas da Academia do Senado da Câmara de S. Paulo**. São Paulo: Prefeitura Municipal da Cidade de São Paulo, 1966, p. 7.
- ANTUNES, Álvaro de Araujo. Os ânimos e a posse de livros em Minas Gerais (1750-1808). In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (orgs). **O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 255-263.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros de. **Os caminhos da riqueza dos paulistanos na primeira metade do oitocentos**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- AYRES, Vivian Nunes. **Da sala de leitura à tribuna: livros e cultura jurídica em São Paulo no século XIX**. Tese (doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- BLAJ, Ilana. **A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)**. São Paulo: Humanitas; FAPESP, 2002.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. **A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)**. São Paulo: Alameda, 2010.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Artefatos e práticas sociais em torno das refeições (São Paulo, séculos XVIII e XIX). **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 32, n. 58, p. 101-137, 2016.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Artefatos e práticas sociais em torno das refeições (São Paulo, séculos XVIII e XIX). **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 32, n. 58, p. 101-137, 2016.

- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. Entre as fazendas da loja e os trastes da casa: os livros de agentes mercantis em São Paulo setecentista. In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (orgs). **O império por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 229-253.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; FÉLIX, Rogério Ricciluca Matiello. Ambientes domésticos e dinâmicas sociais em São Paulo colonial. **Revista de História (São Paulo)**, n. 175, p. 91-132, 2016.
- BORREGO, Maria Aparecida de Menezes; SOUZA, Jean Gomes de. Um comerciante lê livros: negócios e cultura escrita no interior da América portuguesa. **Revista Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 141-172, 2021.
- BOSCHI, Caio César. A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 7, p. 100-111, 1991.
- BRUNO, Ernani da Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo: arraial de sertanistas (1554-1828)**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1984a.
- BRUNO, Ernani da Silva. **História e tradições da cidade de São Paulo: burgo de estudantes (1828-1872)**. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1984b.
- CAMPOS, Rafael Dias da Silva. Vida e biblioteca de José Barbosa de Sá. **Fronteiras: Revista de História**, Dourados-MS, v. 17, n. 29, p. 97-119, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3xuMclX>. Acesso em: 28 abr. 2021.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material, espaço doméstico e musealização. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 27, n. 46, p. 443-469, 2011.
- DEAECTO, Marisa Midori. **O império dos livros: instituições e práticas de leituras na São Paulo oitocentista**. São Paulo: Edusp, 2011.
- DIAS, Maria Odila Leita da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, vol. 278, p. 105-170, 1968.
- DIAS, Maria Odila Leita da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, vol. 278, p. 105-170, 1968.
- FILHO, Amílcar Torrão. Festa e espaço simbólico: uma luzida corte na São Paulo do século XVIII. **Desígnio**, São Paulo, vol. 4, p. 11-26, 2005.
- FREITAS, Divaldo Gaspar. **Paulistas na Universidade de Coimbra**. Coimbra: [s. e.], 1958.
- FURTADO, Júnia Ferreira. **O livro da capa verde: o Regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração**. Coimbra: Editora da Universidade de Coimbra, 2012.

- GOODMAN, Dena. Furnishing Discourses: Readings of a Writing Desk in Eighteenth-Century. In: BERG, Maxine; EGER, Elizabeth (orgs.). **Luxury in the Eighteenth Century: Debates, Desires and Delectable Goods**. Nova York: Palgrave Macmillan, 2003, p. 71-88.
- HELLMAN, Mimi. Furniture, Sociability, and the Work of Leisure in Eighteenth-Century France. **Eighteenth-Century Studies**, vol. 32, n. 4, p. 415-445, 1999.
- LISBOA, João Luís; MIRANDA, Tiago C. P. dos Reis. A cultura escrita nos espaços privados. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo. (org.). **História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna**. Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates, 2011, p. 333-394.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. **Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2014b.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2014b.
- MATTOS, Renato de. **Política e negócios em São Paulo: da abertura dos portos à independência (1808/1822)**. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MEDICCI, Ana Paula; HÖRNER, Erik; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib. Do ponto à trama: redes de negócios e espaços políticos em São Paulo (1765-1842). In: OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; BITTENCOURT, Vera Lúcia Nagib; COSTA, Wilma Peres (orgs.). **Soberania e conflito: configurações do Estado Nacional no Brasil do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 417-444.
- MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, São Paulo, n. 115, p. 103-117, 1983.
- MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- MORAES, Rubens Borba de. **Livros e bibliotecas no Brasil colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.
- MOURA, Denise Aparecida Soares de. **Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo: 1808-1850**. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

NOTICIA e iustificaçam do titvlo, e boa fee com qve se obrou na Nova Colonia do Sacramento, nas terras da capitania de S. Vicente no sitio chamado de S. Gabriel nas margens do Rio da Prata. E Tratado Provisional sobre o novo incidente cauzado pelo Governador de Buenos Ayres, ajustado nesta Corte de Lisboa pelo Duque de Iovenaso Principe de Chelemar Embaxador Extraordinario de ElRey Catholico, com os Plenipotenciarios de Sua Alteza; aprovado, ratificado, e Confirmado por ambos os Principes. Lisboa: na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello Impressor da Casa Real Anno 1681. Disponível em: <https://bit.ly/3dG5xsv>. Acesso em: 22 abr. 2021.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Imbricações entre política e interesses econômicos – a complexa definição dos fundamentos da monarquia no Brasil da década de 1820. **Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História das Empresas.** Caxambu: ABPHE, 2003, p. 1-23.

SANTA MARIA, Padre Francisco de. **Anno historico, diario portuguez, noticia abreviada das pessoas grandes e cousas notaveis de Portugal.** Lisboa: Na Officina de Joseph Lopes Ferreyra, 1714.

SARGENTSON, Carolyn. **Merchants and Luxury Markets: The Marchands Merciers of Eighteenth-Century Paris.** Oxford University Press, 1996.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Cultura no Brasil Colônia.** Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. História da leitura luso-brasileira: balanços e perspectivas. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura.** Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 147-164.

VASCONCELLOS, P. Simam. **Noticias cvriosas, e necessarias das covsas do Brasil.** Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa, 1668. Disponível em: <https://bit.ly/3tL0mNN>. Acesso em: 22 abr. 2021.

VASCONCELLOS, P. Simam. **Vida do veneravel padre Ioseph de Anchieta da Companhia de Iesv, tavmaturgo do Nouo Mundo, na Prouincia do Brasil.** Lisboa: Na Officina de Ioam da Costa, 1672. Disponível em: <https://bit.ly/3dK67W8>. Acesso em: 22 abr. 2021.

VIEYRA, Antonio. **Historia** do Futuro. Livro antepimeyro. Lisboa Occidental: Na Officina de Antonio Pedrozo Galram, 1718. Disponível em: <https://bit.ly/3enZmsl>. Acesso em: 22 abr. 2021.

VIEYRA, Antonio. **Sermoens, e varios discursos.** Lisboa: por Valentim da Costa Deslandes, 1710. Tomo XIV. Disponível em: <https://bit.ly/32F2RVU>. Acesso em: 22 abr. 2021.

VILLALTA, Luiz Carlos. Libertinagens e livros libertinos no mundo luso-brasileiro (1740-1802). In: ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana Paula Torres (orgs). **O império**

por escrito: formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico. São Paulo: Alameda, 2009, p. 523-563.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. (org.). **História da vida privada no Brasil:** cotidiano e sociedade na América portuguesa. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. Vol. 1.